

CONTAS PÚBLICAS

# Dívida chega a R\$ 9,29 tri

Segundo o Tesouro, em agosto houve elevação de 0,04% em relação ao estoque de julho. O custo médio passou a 12,59% ao ano

» RAPHAEL PATI

O estoque da Dívida Pública Federal (DPF) voltou a crescer no mês passado, de acordo com o Tesouro Nacional. Segundo os dados publicados, ontem, no Relatório Mensal da Dívida (RMD), esse indicador passou de R\$ 9,288 trilhões, em julho, para R\$ 9,292 trilhões no último mês, o que representa um aumento de 0,04%. Nesse período, a Dívida Pública Mobiliária Federal interna (DPMFi) teve seu estoque reduzido em 0,05%, e passou de R\$ 8,948 trilhões para R\$ 8,944 trilhões. Esse movimento indica que houve resgate líquido de R\$ 83,90 bilhões em agosto que, segundo o Tesouro, foi, em parte, neutralizado pela apropriação positiva de juros, em R\$ 79,66 bilhões.

No caso da Dívida Pública Federal externa (DPFe), houve variação positiva de 2,41% em relação ao estoque apurado em julho. Diante disso, ela encerrou o mês no patamar de R\$ 348,26 bilhões — ou US\$ 67,21 bilhões, no câmbio atual —, sendo R\$ 299,70 bilhões (US\$ 57,84 bilhões) referentes à dívida mobiliária e R\$ 48,56 bilhões (US\$ 9,37 bilhões) à dívida contratual. Vale lembrar que, enquanto a dívida interna se refere à porção dos débitos que o país adquiriu com títulos dentro do país, a dívida externa é referente à parcela da DPF negociada em moeda estrangeira — na maior parte dela, em dólar.

Em relação a julho, o custo médio do estoque passou de 12,45% ao ano para 12,59% a.a., em agosto. O prazo médio também cresceu e passou de 4,05 anos para 4,10 anos. Em relação à composição da DPF também reduziu, de 26,02% para 23,22%, nesse mesmo período. Já a parcela dos títulos com remuneração prefixada cresceu, de 19,22% para 20,31%.

## Orçamento

Na semana passada, o governo voltou a abrir espaço fiscal, mesmo com uma projeção de déficit ainda mais elevada. No Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas Primárias (RARDP) do 4º bimestre, a equipe econômica informou que o resultado negativo projetado para 2026 passou de R\$ 52 bilhões para R\$ 80,9 bilhões, sem considerar despesas que podem ser abatidas do cálculo da meta fiscal. Ao fazer as deduções permitidas pela regra fiscal de precatórios e de gastos com saúde, educação e

Washington Costa/MF



O ministro Bruno Moretti (E) defendeu a elevação de gastos, como os do Bolsa Família, apesar da preocupação do mercado com o déficit



O problema fiscal, portanto, não se resume ao cumprimento da meta em um determinado ano, mas à capacidade de gerar resultados primários suficientes para estabilizar a dívida ao longo do tempo"

**Luccas Saqueto**, mestre em Economia Política pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP)

defesa, o resultado projetado passou de superavit de R\$ 10,8 bilhões para déficit de R\$ 13,6 bilhões.

Mesmo com a perspectiva de mais despesas, o governo Lula decidiu reduzir a contenção de gastos em R\$ 1,9 bilhão. Esse movimento ocorre com uma queda de R\$ 17,9 bilhões para R\$ 2,4 bilhões do bloqueio orçamentário e a inclusão de R\$ 13,6 bilhões em valores contingenciados – a primeira vez que esse artifício é adotado no ano. Na coletiva de apresentação do relatório bimestral, o ministro do Planejamento e Orçamento, Bruno Moretti, defendeu que a redução das despesas com a Previdência Social permitiu que o governo ampliasse o

valor mínimo do benefício, de R\$ 600 para R\$ 691, com base na variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) acumulado dos últimos quatro anos.

## Expansão

Além do Bolsa Família, o governo apresentou na mesma semana a terceira fase do programa Desenrola, que tem o objetivo de facilitar a renegociação de dívidas das famílias por meio de créditos mais baratos ou prazos mais longos. Caso o deságio projetado seja alcançado, o impacto fiscal da medida deve ser de no máximo R\$ 15 bilhões, de acordo com a equipe econômica.

O especialista Luccas Saqueto, mestre em Economia Política pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), explica que os efeitos maiores dessas medidas consideradas expansionistas devem ser sentidas de maneira mais forte em 2027. “O reajuste do Bolsa Família acrescenta cerca de R\$ 22,7 bilhões às despesas do próximo ano, valor que não estava contemplado no Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) 2027. Neste caso, o governo terá que encontrar espaço no orçamento, seja por meio de redução ou realocação de outras despesas, seja por meio de receitas adicionais”, avalia.

O especialista também alerta para a trajetória da dívida. Dados da Instituição Fiscal Independente (IFI) do Senado projetam que a Dívida Bruta do Governo Geral (DBGG) deve passar de 82,5% do PIB em 2026 para 86,4% em 2027. “O problema fiscal, portanto, não se resume ao cumprimento da meta em um determinado ano, mas à capacidade de gerar resultados primários suficientes para estabilizar a dívida ao longo do tempo”, completa Saqueto.

O especialista em contas públicas Murilo Viana, mestre em Economia pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), também

acredita que não há grande desafio do governo em fechar o resultado fiscal deste ano e ressalta o ganho de receitas extraordinárias com o petróleo, que, por estar em forte valorização no mercado internacional, gerou ganhos mais significativos para o país neste ano.

“Isso era uma arrecadação muito substancial a despeito do governo estar tendo outras frustrações de receitas, especialmente no plano de compensação da desoneração do imposto de Renda para Pessoa Física (IRPF), de até R\$ 5 mil, então o governo no ano passado, quando aprovou, aprovou a compensação por tributação de lucros e dividendos e está tendo uma frustração bastante relevante com esse tipo de arrecadação”, destaca.

## Percepção

Na avaliação do consultor financeiro e CEO da Plano Fintech de Educação Financeira, Ricardo Hiraki, em um momento de escrutínio sobre a trajetória da dívida/PIB, qualquer expansão de gasto sem compensação explícita tende a ser recebida com desconfiança pelo mercado financeiro, mesmo quando tecnicamente enquadrada dentro das regras vigentes, como

no caso do Bolsa Família, em que a recomposição foi feita com base na inflação sobre o período.

“Não é a primeira vez que um reajuste expressivo em programa social antecede um pleito. Bolsonaro fez movimento semelhante em 2022, elevando o então Auxílio Brasil em 50% cem dias antes da votação. A repetição do padrão reforça uma leitura de que benefícios assistenciais seguem sendo instrumento eleitoral recorrente, independentemente do espectro político”, considera, ainda, o especialista.

## Expectativas

Com esse cenário, o mercado financeiro reduziu as expectativas para o Produto Interno Bruto (PIB) em 2026. De acordo com o Boletim Focus divulgado, ontem, pelo Banco Central. A mediana das previsões para este ano passou de 1,88% para 1,86%, na comparação com o relatório da semana anterior. Também houve queda na projeção para o ano seguinte, de 1,43% para 1,41%, e para 2028, de 1,87% para 1,83%. O ajuste para baixo nas projeções do PIB é reflexo principalmente da retração econômica causada pela taxa de juros elevada, que chegou a ficar por mais de seis meses em 15% ao ano.

A perspectiva de um crescimento maior na trajetória dos preços para este ano ganhou mais força com a divulgação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – 15 (IPCA-15) na última sexta-feira. Os dados apontam que a inflação até a metade de setembro avançou 0,7%, muito acima das estimativas para o mercado e devolvendo a deflação de 0,4% no mês anterior. O resultado foi alavancado, principalmente, pelo aumento dos preços da energia elétrica, que subiu 7,42% em setembro com o fim da incorporação do Bônus de Itaipu nas faturas.

A mediana das projeções para a Selic permaneceu estável, após reduzir na semana anterior a estimativa, de 13,75% para 13,5%. Isso significa que o mercado aposta, em sua maioria, em mais um corte da taxa básica até o final do ano. A próxima reunião ocorre nos dias 3 e 4 de novembro.

Na avaliação do analista da Ouro Preto Investimentos Sidney Lima, o relatório indica uma “combinação ruim” para a economia: crescimento mais fraco e inflação mais resistente. “Isso acontece porque a atividade perde força, mas alguns preços, principalmente serviços, continuam subindo acima do desejado, enquanto as incertezas fiscais mantêm as expectativas de inflação pressionadas”, avalia o especialista.

# Governo mantém subsídio ao diesel

» RAFAELA BOMFIM

O Governo Federal anunciou, ontem, um conjunto de medidas para conter os efeitos da alta internacional do petróleo sobre os preços dos combustíveis no Brasil. Com a cotação do barril acima de US\$ 100 diante do prolongamento dos conflitos no Oriente Médio, o Executivo decidiu manter a subvenção de R\$ 2,12 por litro de óleo diesel, ampliar a fiscalização sobre postos e distribuidoras e aumentar as punições para empresas que praticarem elevação abusiva de preços.

A estratégia reúne ações do Ministério da Fazenda, Ministério da Justiça, Ministério de Minas e Energia (MME), Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), Secretaria Nacional do Consumidor (Senacon) e Secretaria Nacional de Segurança Pública (Senasp), além dos Procons e Secretarias Nacionais de Segurança Pública (Senasp), além dos Procons de todo o país. A operação busca identificar aumentos considerados injustificados nas margens de lucro ao longo da cadeia de comercialização dos combustíveis.

A manutenção do subsídio ao diesel foi formalizada pelo Ministério da Fazenda na última sexta-feira, por meio da Portaria nº 2.946/2026. O benefício, que era previsto pela Medida Provisória

nº 1.363, passa a ter amparo integral na MP nº 1.391. A medida segue a estratégia adotada pelo governo desde o início do conflito no Oriente Médio, com revisões de acordo com a evolução do cenário internacional e das oscilações nas cotações do petróleo e dos combustíveis.

Na semana passada, entre 21 e 25 de setembro, a chamada Operação Carga Pesada realizou 241 ações de fiscalização em agentes do mercado. A mobilização nacional foi coordenada pelo governo em conjunto com os Procons e ocorreu após uma reunião emergencial da Senacon com mais de 140 representantes dos órgãos de defesa do consumidor. A operação foi motivada pela alta recente dos combustíveis, por informações obtidas em fiscalizações e por cerca de 330 denúncias encaminhadas à ANP.

Do total de ações realizadas, 87 foram conduzidas pela ANP, 86 pelos Procons, 12 pela Senacon, 30 de forma conjunta entre ANP e Procons e outras 26 em parceria entre ANP e Senacon. Além das fiscalizações, a Senacon instaurou 70 processos administrativos sancionatórios contra postos e distribuidoras, com base também em autos anteriormente encaminhados pela ANP.

Em outra frente, a ANP determinou multas que somam mais

ANP



A operação Carga Pesada realizou 241 ações de fiscalização

de R\$ 700 milhões contra distribuidoras de combustíveis por elevação abusiva de preços. As penalidades resultam de fiscalizações realizadas anteriormente e de decisões de primeira instância administrativa em processos derivados de autos de infração lavrados pelas equipes da agência. As empresas ainda podem recorrer das decisões.

Os processos analisados pela ANP envolvem condutas registradas durante a vigência das Medidas Provisórias nº 1.340 e nº 1.349, que atribuíram à agência competência para fiscalizar possíveis aumentos abusivos dos preços dos combustíveis. Nas decisões de primeira instância já proferidas, a agência caracterizou a ocorrência de elevação abusiva. Em alguns casos, segundo os

dados apresentados pelo governo, a margem bruta das distribuidoras chegou a aumentar mais de 1.350%.

O governo também alterou as regras de punição para práticas abusivas no setor. A Medida Provisória nº 1.393, publicada na sexta-feira, modificou o Código de Defesa do Consumidor (CDC) e estabeleceu multas específicas para determinadas infrações cometidas por agentes da cadeia de combustíveis.

Pela nova regra, empresas que praticarem condutas proibidas pelo CDC, incluindo a elevação sem justa causa do preço de produtos, poderão receber multas administrativas entre R\$ 20 mil e R\$ 500 milhões. Para essas infrações, não será aplicado o limite geral de multa previsto no Código de Defesa do Consumidor.

Na entrevista em que detalhou a operação, o ministro da Justiça, Wellington Lima, afirmou que a punição mais elevada será aplicada somente quando houver caracterização de abuso. “A severidade dessa multa somente terá incidência em casos caracterizados como abuso. Temos casos de 1.300% da margem bruta de lucro. Seria absurdo fechar os olhos para essas evidências”, afirmou.

O ministro também destacou que a fiscalização não pretende interferir na liberdade de formação de preços prevista no mercado de

combustíveis. Segundo Wellington Lima, a atuação do Estado deve se concentrar em situações em que os aumentos ultrapassem os limites considerados legais. “É preciso fazer distinção entre liberdade de preços e abuso indiscriminado de preços. Nosso aparato de Estado estará mobilizado para reprimir essa conduta”, declarou.

Apesar da pressão sobre os preços, o governo afirma que não há risco de desabastecimento de diesel no país. Para outubro, a demanda estimada é de 3.950 mil metros cúbicos, enquanto a oferta confirmada chega a 3.978 mil metros cúbicos. O Brasil também possui estoques de 1.970 mil metros cúbicos de combustível, volume estimado, como suficiente para aproximadamente, 15 dias de consumo.

O acompanhamento do mercado ocorre desde março por meio de uma mesa coordenada pelo Ministério de Minas e Energia, com participação de órgãos públicos e representantes do setor privado. O grupo monitora semanalmente a situação internacional, os fluxos de importação e a distribuição de combustíveis, considerando um horizonte de dois meses para identificar possíveis riscos e adotar medidas de prevenção.

**\* Estagiária sob a supervisão de Edla Lula**